

# O papel das mulheres na segurança alimentar, por Rafael Zavala

*Em artigo, o representante da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) no Brasil, Rafael Zavala, analisa o papel das mulheres na segurança alimentar à luz dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Ao mesmo tempo em que são responsáveis por mais da metade da produção de alimentos, mais de 60% das pessoas com fome crônica no mundo também são mulheres e meninas. Leia o artigo completo.*

**[\(ONU Brasil, 31/10/2019 - acesse no site de origem\)](#)**

Quando falamos e estudamos sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), percebemos a dicotomia do papel das mulheres em questões que tocam vários temas da Agenda 2030 das Nações Unidas. Enquanto elas são consideradas peças-chaves para o alcance de muitos dos ODS, representam também a parte mais afetada por muitos dos problemas discutidos nesse marco.

No que toca o tema da fome e da desnutrição, mulheres são as grandes guardiãs de conhecimentos ancestrais sobre alimentação e saúde. São, em muitas culturas, as responsáveis pela alimentação de toda a família.

As mulheres rurais, por exemplo, representam 45% da força de trabalho agrícola em países em desenvolvimento como Brasil, chegando a 60% em partes da África e da Ásia. São responsáveis por mais da metade da produção de alimentos e também desempenham um importante papel na preservação da biodiversidade, garantindo a soberania e a segurança alimentar a partir da produção de alimentos saudáveis.

São responsáveis pela compra de produtos, pela produção de subsistência, pelo conhecimento de manejo de sementes e hortaliças, pelo preparo e pela oferta de alimentos. São elas que, não só guardam esses saberes, como os

transmitem para novas gerações e, muitas vezes, os reinventam.

Para além desse papel tradicional, mulheres têm participação cada vez maior nas cooperativas locais e associações de agricultores, e têm envolvimento crescente nos programas de formação agrícola.

Apesar de todo o esforço feminino em prol da alimentação, estudos da FAO apontam que muitas dessas mulheres vivem em situação de desigualdade social, política e econômica, além de contarem com a titularidade de apenas 30% das terras, 10% dos créditos e 5% da assistência técnica.

As mulheres rurais raramente possuem a terra que cultivam e muitas vezes são legalmente impedidas de serem proprietárias. As desvantagens vão muito além: cerca de 60% das pessoas com fome crônica no planeta são mulheres e meninas.

Apesar de diretamente afetadas pela desigualdade de gênero, que se reflete nas mais diversas camadas de suas vidas, elas também possuem ideias e liderança que podem transformar a situação nutricional de suas comunidades. Das agricultoras familiares às merendeiras que preparam diariamente as refeições de milhões de crianças que têm na escola a principal fonte de alimentação, mulheres dão contribuições significativas à segurança alimentar da sociedade e ao desenvolvimento econômico e agrícola.

A igualdade de gênero é um direito. Cumprir esse direito é a melhor chance que temos para enfrentar alguns dos desafios mais prementes de nosso tempo - da crise econômica e falta de assistência médica, às mudanças climáticas, violência contra as mulheres e conflitos crescentes.

A conquista da igualdade de gênero e do empoderamento das mulheres faz parte de cada um dos 17 Objetivos. Somente garantindo os direitos das mulheres e meninas em todos os Objetivos, chegaremos à justiça e à inclusão sociais, economias que funcionam para todos e cresçam apoiadas nos princípios da sustentabilidade.

*Por Rafael Zavala*

---

# Campanha Regional promove 15 dias de mobilização pelos direitos das mulheres do campo

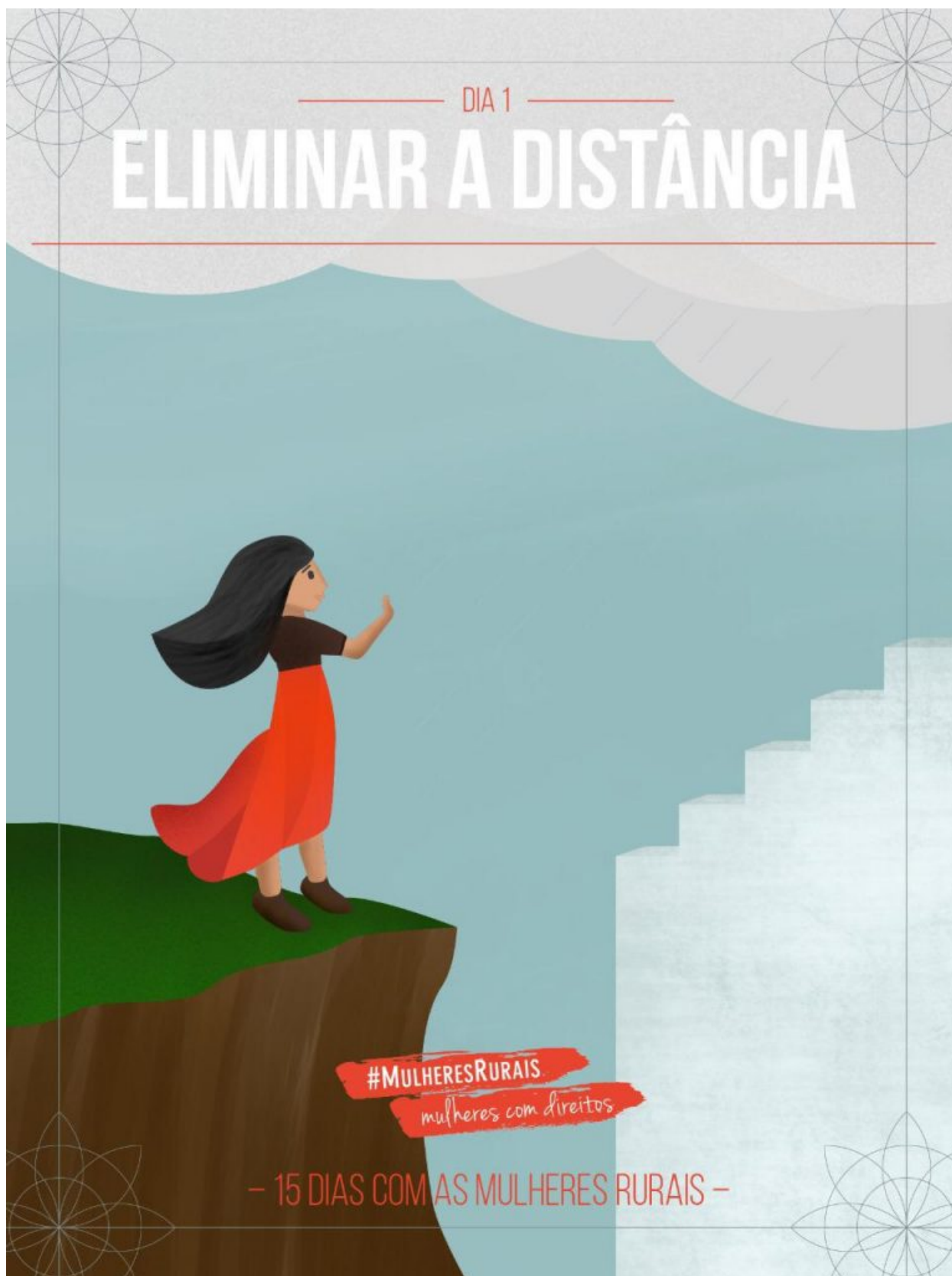
*Ação faz parte da Campanha #Mulheres Rurais, Mulheres com Direitos que tem como objetivo valorizar as trabalhadoras do campo*

**[\(ONU Mulheres, 15/10/2019 - acesse no site de origem\)](#)**

A Campanha #Mulheres Rurais, Mulheres com Direitos teve início na terça-feira, primeiro de outubro, para um período de 15 dias de mobilização para dar visibilidade à contribuição das trabalhadoras rurais para o alcance das metas da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.

A campanha lança conteúdo com diferentes temas relacionados à atuação das mulheres rurais como produtoras de alimentos saudáveis, guardiãs da terra, líderes e empreendedoras. O tema norteador da quinzena ativista é “O futuro é junto com as mulheres rurais”, com a hashtag #JuntoComAsMulheresRurais.

A ação culmina em 15 de outubro, data que celebra o Dia Internacional das Mulheres Rurais, mas a campanha prossegue com atividades em outras datas-chaves até o fim do ano. A programação integra a Estratégia Regional de Gênero lançada pela Organização das Nações Unidas.



## **Eliminar a distância**

No primeiro dia de mobilização de outubro, a campanha chama a atenção para a necessidade de eliminar a desigualdade de oportunidades. As

mulheres representam praticamente metade da população de mais de 500 milhões de habitantes da América Latina e Caribe. E são elas as responsáveis pela produção de 60% a 80% dos alimentos consumidos na região.

Contudo, elas representam percentuais bem menores quando se trata do acesso a recursos produtivos, como crédito, assistência técnica, entre outras oportunidades. Um levantamento realizado pelo IFC (International Finance Corporation) revela que em nível mundial existe uma brecha de US\$ 287 milhões para financiamento de pequenas e médias empresas formais comandadas por mulheres. E a América Latina é apontada como a região com o maior gargalo de financiamento para mulheres.

Segundo a coordenação brasileira da Campanha #Mulheres Rurais, Mulheres com Direitos, os altos níveis de desigualdade têm altos custos para a economia, com fortes impactos em termos políticos e sociais. Especialistas apontam que, no Brasil, a redução das desigualdades e maior inclusão das mulheres no mercado de trabalho trariam efeitos benéficos para a economia, com potencial para aumentar o PIB em até R\$ 382 bilhões.

A FAO também projeta que a melhora no acesso das mulheres à terra, pecuária, educação, serviços financeiros, extensão, tecnologia e emprego rural, rende um aumento significativo da produtividade e produção agrícola, contribuindo para a segurança alimentar, crescimento econômico e bem-estar social.

A organização reforça ainda que a redução da desigualdade entre homens e mulheres no acesso aos recursos produtivos e insumos agrícolas poderia reduzir entre 100 milhões e 150 milhões o número de pessoas com fome no mundo.

## **Campanha 2019**

A mobilização faz parte da programação da 4ª edição da campanha #Mulheres Rurais, Mulheres com Direitos, lançada em março com o tema “Pensar em igualdade, construir com inteligência, inovar para mudar”.

O principal objetivo da campanha é valorizar o trabalho promovido por pescadoras, agricultoras, extrativistas, indígenas e afrodescendentes. A

campanha no Brasil é coordenada pela Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em parceria com a FAO, a ONU Mulheres, a Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul (Reaf) e a Direção-Geral do Desenvolvimento Rural do Ministério da Pecuária, Agricultura e Pesca do Uruguai.

O eixo condutor da iniciativa é a valorização dos direitos das mulheres rurais em todos os níveis, desde as garantias individuais até coletivas, e promover condições para o cumprimento das metas de igualdade de gênero e fim da pobreza rural estabelecidas no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A campanha também visa estimular a adoção de medidas que facilitem o acesso delas a recursos e sistemas produtivos de inovação, de forma a aumentar a representação das mulheres no campo da ciência e do uso de novas tecnologias.

DIA 4

# CONFIAR, CRIAR, CRESCER

#MULHERESRURAIAS

*mulheres com direitos*

— 15 DIAS COM AS MULHERES RURAIAS —

**COOPERATIVISMO E ACESSO AOS  
SERVIÇOS FINANCEIROS**

**Oportunidade**

Para alcançar as metas de igualdade de direitos e oportunidades, a edição deste ano da campanha conta ainda com o lançamento do Decênio da Agricultura Familiar pela ONU, em maio deste ano.

Entre os objetivos da década de 2019 a 2028 estão criar um ambiente político propício para fortalecer a agricultura familiar, fomentar a igualdade de gênero e o papel das mulheres rurais, impulsionar as organizações de produtores, melhorar a inclusão socioeconômica, a resiliência e o bem-estar dos agricultores, famílias e comunidades rurais e inovar em favor do desenvolvimento territorial e sistemas alimentares que protejam a biodiversidade, o meio ambiente e a cultura.

***Veja mais:***

**[Livro destaca lutas das mulheres rurais no mundo \(Agência Brasil\)](#)**

---

## **Livro destaca lutas das mulheres rurais no mundo**

Foi lançado hoje (15) no Brasil e em mais 13 países o livro [Lutadoras - Mulheres rurais no mundo](#). A obra traz 37 artigos abordando a realidade das mulheres do campo em distintos países e as políticas públicas voltadas a elas. Os textos discutem também suas reivindicações por melhores condições de vida e garantia de mais direitos.

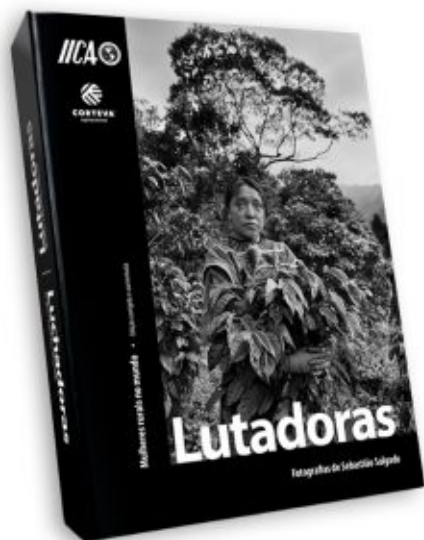
**[\(Agência Brasil, 15/10/2019 - acesse no site de origem\)](#)**

O livro é uma iniciativa do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), em parceria com outras organizações. Entre os artigos, 41 autoras discutem os diversos aspectos das lutas das mulheres rurais.

O cenário retratado nos textos é de desigualdade. As mulheres produzem metade dos alimentos do mundo e cerca de 80% da produção na maior parte



dos países em desenvolvimento. “Contudo, correspondem a 60% das pessoas com fome no globo, têm menos de 15% das terras no mundo e menos de 2% das propriedades nos países em desenvolvimento”, disse na cerimônia de lançamento a especialista em gênero do IICA Cristina Costa.



*Clique aqui para fazer o download do livro.*

## **Empoderamento**

Hernán Chiriboga, representante do IICA no Brasil, disse que os projetos liderados por mulheres passaram de 10% para 31% de 2012 para 2019. “Mulheres estão tomando liderança do agro brasileiro. São dados importantes que queremos trazer. Esperamos que o livro seja uma ferramenta para valorizar o papel da mulher no campo”, disse.

Segundo o coordenador da Região Sul do IICA, Caio Rocha, o livro ressalta a equidade e de empoderamento para trabalhadoras do campo. “Empoderamento não é um ato político em si. Ele depende de políticas públicas, para acesso a crédito, para a questão dos mercados, para economia criativa, as mais variadas políticas públicas”, disse.

A representa do Movimento de Mulheres do Nordeste Pareense, Rita Teixeira, elencou entre essas políticas a necessidade de apoiar a inclusão produtiva

das mulheres do campo. Ela apontou o benefício do ganho de renda em diversos aspectos, inclusive na redução da violência. “Mulheres independentes financeiramente são menos violentadas. Mulheres são protagonistas pelo trabalho com a agricultura, mas vemos a invisibilidade delas”, disse.

## **Reconhecimento e educação**

O IICA ouviu 2.000 mulheres, sendo 500 no Brasil, sobre a avaliação de sua condição e seus anseios. Do total, 90% das mulheres ouvidas manifestaram orgulho de pertencer ao agronegócio agrícola. Mas 80% das entrevistadas colocavam a questão da discriminação como um fator ainda relevante que impactava salários.

As mulheres ouvidas demandaram mais reconhecimento do seu quadro e das jornadas duplas que fazem. Também houve reivindicação por educação e instrução formal, bem como maior representação em organizações produtivas e políticas, como cooperativas.

## **Inserção e exclusão**

O livro aborda essas e outras temáticas em seus capítulos. Em seu texto, a representante da Secretaria Geral da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), Josette Borbón, ressaltou o papel das mulheres no desenvolvimento dos territórios rurais da América Latina e Caribe, assegurando estabilidade e sobrevivência de suas famílias. Quase metade dos alimentos consumidos, diz a acadêmica, seria gerado por trabalhadoras rurais.

A pesquisadora assinala melhorias na condição das mulheres, como diversificação da atividade produtiva e ampliação dos níveis educacionais, superando os homens. Além disso, são beneficiadas com programas de transferência de renda, como o Bolsa Família no Brasil. Contudo, elas ainda estão excluídas em diversos aspectos. Os programas sociais, por exemplo, auxiliam mas chegam apenas a 20% dos lares rurais da região. Outro ponto de ainda baixa cobertura é a previdência para mulheres rurais.

No âmbito da divisão do trabalho, ainda ficam mais restritas geralmente aos minifúndios de subsistência, com pouca participação em empregos de segmentos de maior produtividade, como na agropecuária (20%, contra 53% dos homens). Além disso, pela ocupação com tarefas familiares não remuneradas, elas têm dificuldades de obter renda suficiente.

“A mulher rural depende do apoio decisivo das políticas públicas para poder fazer a transição para a produção intensiva e industrializada; para que possa ter segurança ante as emaçãs potenciais a seu cultivo; e para poder se inserir, de forma equânime, nos mercados de produção”, acrescentou a vice-presidente da República Dominicana e embaixadora da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), Margarita Cedeño, em outro texto do livro.

## **Relatos**

Um dos relatos é de Rita Teixeira, do Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense. No texto, ela conta sobre dores que adquiriu no corpo em razão do trabalho pesado e a falta de direitos na condição onde se encontra.

“Luto não só porque nasci e cresci em um ambiente carente. Faço-o porque o conformismo não cabe em mim e porque não posso (nem quero) calar a minha voz interior. Sonho com a reestruturação da sociedade patriarcal, a qual, acredito, é ainda mais violenta e injusta nos territórios onde habito”, escreveu.

A diretora da Rede Nacional de Mulheres Rurais do México, Nuria Leonardo, abordou em seu capítulo a situação das trabalhadoras rurais em seu país. Lá 8,5 milhões de mulheres do campo estão em situação de pobreza (60% do total). Destas, 3 milhões estão em condição de pobreza extrema e 5,5 milhões em situação de pobreza moderada.

Segundo levantamento apresentado em seu texto, 47% das mulheres indígenas não possuíam instrução educacional, contra 28% dos homens nessa mesma posição. “A magnitude do atraso nas regiões indígenas é ultrajante, e representa, sem dúvida, a maior dívida do Estado mexicano”, diz a ativista.

*Por Jonas Valente*

---

# **Vozes que Não se Calam - “No campo a cultura é patriarcal”, diz Maria de Lourdes do Nascimento**

*A coordenadora do movimento das Mulheres do Campo e da Cidade (MMCC) do Pará, nesta entrevista, também fala sobre impacto do assassinato de Dilma Ferreira na luta feminista*

[\(Amazônia Real, 04/10/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Educação não racista, não sexista e não lesbofóbica e enfrentamento à violência contra a mulher são os principais eixos temáticos do Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade (MMCC) do Pará, uma organização feminista criada na época da ditadura militar (1964-1985) no Brasil com o objetivo de proteger as mulheres contra os diversos tipos de violência e empoderá-las para que saibam quais são os seus direitos e como lutar por eles. Da década de 80 para cá, assuntos que até então pareciam superados voltaram a assombrar os direitos das mulheres do campo com as novas políticas anunciadas pelo atual governo, e o medo em relação à vida, apesar de nunca ter cessado, agora se faz presente de maneira potencializada.

[A morte de Dilma Ferreira Silva, militante e liderança do](#) Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) na noite do dia 22 de março de 2019, na zona rural de Baião, região de Tucuruí, no nordeste do Pará, com sinais de tortura e crueldade envolvendo outras duas pessoas que estavam na mesma casa, demonstra que o cenário projetado pelo movimento é de fato preocupante.

Maria de Lourdes Nascimento, 42 anos, é atualmente a coordenadora da secretaria geral da organização. Ela, que ao separar-se do marido aos 25 anos diz ter sentido na pele o julgamento que uma sociedade patriarcal faz de

uma mulher divorciada, descobriu o que era ser de fato feminista e, desde então, luta de alguma maneira para que as mulheres tenham seus direitos garantidos. Atualmente, o principal objetivo do MMCC é articular as mulheres do campo e da cidade contra todas as formas de discriminação políticas, econômicas, social, cultural, racial e sexual.

“Sofremos violência patrimonial, psicológica e principalmente a física, pois no campo a cultura é patriarcal e predomina o conceito de que a mulher precisa ser submissa e subserviente, além de que o próprio trabalho para a sobrevivência exige um grande esforço físico”, afirma Maria de Lourdes.

Na terceira entrevista da série Vozes que Não se Calam, ela fala à **Amazônia Real** sobre seu histórico no movimento feminista, sobre a criação do MMCC, a violência no campo e como é possível empoderar as mulheres para que elas saiam do círculo da opressão. Confira o depoimento abaixo:

Venho de uma realidade muito difícil, pois nasci em um município a 100 km de Belém (Moju) e passei minha infância em uma área rural a 200 km da cidade mais próxima (comunidade Arauaí) porque meus pais eram agricultores. Meu pai organizou um grupo de posseiros que durante anos resistiu numa luta contra os fazendeiros daquela região e acho que isso trouxe para mim um pouco do espírito organizativo e lutador dele. Nunca presenciei meu pai bater em minha mãe, e ela afirma que isso nunca aconteceu, mas vi ao longo de minha infância e juventude muitas mulheres não saberem se defender e isso sempre me incomodava. Depois dos 25 anos, quando precisei me separar, senti na pele o julgamento de que mulher separada era vadia, não merecia respeito. Então comecei a me organizar e descobri a feminista que existia em mim.

## **Feminismo e saberes**

Para mim, o feminismo num conceito geral é garantia de que a mulher seja autora de sua própria história e que tenha direitos a viver suas escolhas, sem pré-julgamentos. É a manutenção dos legados de participações que trouxeram mudanças para sobrevivências de cada uma que superou a violência, a escravidão, a submissão e chegou a espaços de mercado de trabalho e política com competência, conhecimento da causa e

comprometimento coletivo. Feminismo é a manutenção da imagem de seres empoderadas, conhecedoras e detentoras de saberes e principalmente de vivências diversas e respeitando toda diversidade da atual sociedade. E o MMCC é uma organização feminista que trabalha para despertar a consciência das mulheres por meio da formação e da capacitação, com realização de cursos que possam trazer o empoderamento nos mais diversos aspectos feministas.

## **Violência no campo**

Somente por sermos mulheres do campo sofremos violência nos mais diversos níveis. Violência patrimonial, psicológica e, principalmente, física, pois no campo a cultura patriarcal ainda predomina e o conceito de que a mulher precisa ser submissa e subserviente é muito pesado. Além de que o próprio trabalho para a sobrevivência exige um grande esforço físico e se associa as demais tarefas a serem desempenhadas, juntamente ao parto precário. O MMCC hoje tem várias parcerias e a mais atual tem sido a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH), que tem um quadro de advogados e defensores que nos apoiam em causas judiciais e apoia algumas ações.

Por conta da flexibilização do uso de armas a violência de forma geral pode aumentar muito em todos os lugares, porém, no campo, isso torna-se mais agressivo. A morte de Dilma Ferreira Silva, militante e liderança do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), com sinais de tortura e crueldade envolvendo outras duas pessoas que estavam na mesma casa (esposo e um conhecido), na noite do dia 22 de março, no Pará, demonstra que esse cenário está se agravando ainda mais. E nosso medo aumenta com relação a vida de nossas companheiras militantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), coordenadoras de sindicatos rurais entre outros, e se tratando das rurais temos ainda as indígenas e quilombolas atingidos diretamente pela não garantia das áreas de reservas.

## **O que querem as mulheres do campo**

Nos anos 80, quando surgiu o MMCC, falávamos sobre o acesso ao mercado

de trabalho com salários compatíveis ao trabalho desenvolvido, respeito e reconhecimento como chefes de famílias. Hoje a luta ainda traz esse viés, pois nossa cultura é enraizada em um conceito patriarcal. Porém, voltamos para assuntos que havia uma sensação de superação, mas que a atual política governamental nos remete a lutas passadas, como previdência, saúde e educação com garantia de tratamento diferenciado as mulheres considerando as múltiplas jornadas assumidas e considerando o risco assustador das diversas violências vividas em todos os ambientes.

As nossas principais reivindicações continuam sendo as do início de nossa organização: geração de trabalho e renda, qualificação para acesso ao mercado formal, educação, habitação digna e acessível a todas, uma vida sem violência, acesso à terra, políticas específicas e acessíveis, crédito, acesso à justiça e saúde preventiva principalmente no campo.

## **Histórico de luta**

O Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade surgiu no período da ditadura militar, na década de 70 e início de 80, com suas primeiras expressões de articular mulheres da área rural e urbana. No estado do Pará, a organização teve início com várias formas de articulação. Em Belém se deu a partir de reivindicações ligadas a questão das escolas comunitárias, pagamento dos salários das professoras, que recebiam através de coletas feitas pelas mães dos alunos. A Associação Comunitária de Base do Bairro do Jurunas (Cobajur) inicia uma discussão sobre água, luz, aterro, onde contou com o engajamento das mulheres. Os encontros para discutirem essas questões com operárias e donas de casas foi o embrião da organização de mulheres do bairro do Jurunas que articuladas com a organização das mulheres em outros municípios do Pará juntaram-se e constituíram a MMCC.

A organização de mulheres especificamente começa com reuniões nas residências das operárias da castanha e nos centros comunitários e outros. Sua organização avança e começa a aparecer outros temas além das condições de trabalho dentro da fábrica. Assim, temas como gravidez, habitação, saúde, legislação trabalhista e acordos coletivos começam a fazer parte das discussões nas reuniões. Estas reuniões eram realizadas no sentido

de fortalecer a luta dessas mulheres que não participavam do sindicato, desconhecedoras de seus direitos.

O MMCC se constituiu legalmente somente em 06 junho de 1985, quando aconteceu o primeiro congresso, com a participação de 325 delegadas eleitas pelos grupos de mulheres que participaram da articulação inicial.

## **Eixos de atuação**

Trabalhamos com quatro principais eixos, sendo eles: Saúde e Direitos Sexuais Reprodutivos, Desenvolvimento Sustentável, Educação não racista, não sexista e não lesbofóbica e Enfrentamento à violência contra a mulher. No primeiro eixo, a luta é pela agilidade no atendimento. No segundo, o objetivo é expandir a economia solidária, realizar protestos contra o modelo de desenvolvimento atual, termos uma política de reflorestamento e mantermos uma atenção para a expansão do latifúndio do mono cultivo.

No terceiro eixo, que é o da educação, temos a promoção de debates sobre o empoderamento das mulheres em áreas como educação, cultura e relações de gênero. No quarto eixo, a nossa luta é pelo maior apoio dos direitos humanos à vítima, testemunhas e pessoas ameaçadas; trabalhos preventivos na área da violência e mobilizações para que a lei Maria da Penha seja garantida.

## **Aborto**

Entendemos que se podemos decidir sobre economia, política e podemos e devemos inclusive votar sob pena de multa pela ausência nas urnas, então temos o direito de decidir sobre manter ou não uma gravidez. Independente do motivo que leve uma mulher a pedir a interrupção de uma gestação, precisamos respeitar o fato de que seu corpo lhe pertença.

*Esta reportagem de [Maria Fernanda Ribeiro](#) faz parte da série **Vozes que Não se Calam**, que realiza entrevistas exclusivas com lideranças indígenas, quilombolas, ribeirinhas, trabalhadoras rurais, defensoras, entre outras*



*mulheres, sobre temas como: lutas na defesa da igualdade de gênero; equidade de direitos; direitos humanos; feminismo; machismo e combate à violência e o feminicídio. **Leia as reportagens da série:***

[\*Vozes que Não se Calam - Alessandra Korap Munduruku: “nossa luta é pelo território”\*](#)

[\*Vozes que Não se Calam - Évelin Hekeré: “a saída contra o preconceito são mulheres indígenas de resistência”\*](#)

---

## **Mulheres rurais se destacam em diferentes atividades e buscam acesso a direitos**

*Mapa e Fao lançam nesta terça-feira (16) a 4ª edição da campanha #Mulheres Rurais, Mulheres com Direitos. O objetivo é dar visibilidade às trabalhadoras do campo.*

[\*\*\(Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 16/04/2019 - acesse no site de origem\)\*\*](#)

Pescadoras, agricultoras, poetisas, artesãs, embaixadoras, extrativistas, indígenas e quilombolas. O protagonismo das mulheres rurais reflete a diversidade da atuação feminina em campo. Antes vistas meramente como ajudantes, as trabalhadoras rurais têm se destacado em diferentes etapas do processo produtivo de alimentos e outras atividades relacionadas à geração de renda e desenvolvimento econômico social no campo.

Dar visibilidade ao trabalho promovido por estas mulheres é o principal objetivo da 4ª edição da [campanha #Mulheres Rurais, Mulheres com Direitos](#), lançada nesta terça-feira (16) pela Secretaria de Agricultura

Familiar e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).

A campanha deste ano tem como tema “Pensar em igualdade, construir com inteligência, inovar para mudar”. O eixo condutor da iniciativa é a importância de valorizar os direitos das mulheres rurais em todos os níveis, desde as garantias individuais até coletivas, e promover condições para o cumprimento das metas de igualdade de gênero e fim da pobreza rural estabelecidas no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A mobilização ocorrerá até o mês de dezembro com atividades que priorizam o papel das mulheres rurais, indígenas e afrodescendentes na produção sustentável de alimentos saudáveis e nutritivos, principalmente no contexto de crescimento dos níveis de insegurança alimentar na região da América Latina e Caribe.

A campanha também visa estimular a adoção de medidas que facilitem o acesso delas a recursos e sistemas produtivos de inovação, de forma a aumentar a representação das mulheres no campo da ciência e do uso de novas tecnologias.

## **Perfil**

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 15 milhões de mulheres vivem na área rural, o que representa 47,5% da população residente no campo no Brasil.



Considerando a cor e raça das mulheres habitantes da área rural, mais de 56% delas se declaram como pardas, 35% brancas e 7% pretas. As indígenas compõem 1,1% da população rural feminina, de acordo com o IBGE.

Entre as mais de 11 milhões de mulheres com mais de 15 anos de idade que viviam na área rural em 2015, pouco mais da metade (50,3%) eram economicamente ativas. Considerando o rendimento médio, cerca de 30% ganhavam entre meio e um salário mínimo e quase 30% não tinham

rendimento.

Segundo o último Censo Agropecuário do IBGE, quase 20% dos empreendimentos rurais do país são dirigidos por mulheres. Em 2006, o percentual de mulheres rurais empreendedoras era de 12%. “É um salto significativo, mas ainda é muito pouco, quando sabemos que de 70% a 80% dos alimentos são produzidos pelas mulheres rurais, principalmente os alimentos para autoconsumo”, comenta Geise Mascarenhas, consultora da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo do Mapa e uma das coordenadoras da campanha.



A consultora destaca que, apesar da participação significativa no desenvolvimento das comunidades locais, a identidade e o trabalho exercido pelas mulheres rurais ainda não são reconhecidos pela sociedade. A falta de dados atualizados ou mais detalhados sobre o perfil e as demandas das mulheres desafia agentes responsáveis pela formulação de políticas públicas voltadas para esse público.

“A primeira campanha foi lançada com o objetivo de envolver as mulheres, exatamente para conhecê-las. Quem são as mulheres rurais, onde elas estão, o que elas fazem? As histórias são belíssimas e nos ajudaram a delinear as outras campanhas”.

A especialista ressalta que o Brasil está avançando na coleta dessas informações. O Mapa firmou um acordo com o IBGE, que está criando um banco de dados e aprimorando o levantamento de informações agropecuárias com a perspectiva de gênero.

Em âmbito regional, estudos da FAO mostram que a pobreza atinge o que representa quase metade ou 59 milhões das pessoas que vivem nas áreas rurais dos países da América Latina. A extrema pobreza chega a 22,5% da população rural da região. E a maioria dos pobres na área rural do continente é formada por mulheres.



## **Histórico**

A campanha #Mulheres Rurais começou em 2015 no Brasil como uma iniciativa para dar visibilidade ao trabalho da mulher rural. O lema da primeira campanha foi “Sou trabalhadora rural, não sou ajudante”. A partir de 2016, a campanha se estendeu para a América Latina e o Caribe e incluiu o tema dos direitos relacionados à igualdade de gênero, principalmente o combate à violência.

“Percebemos que a campanha teve uma aceitação tão grande e começamos a trabalhar com os direitos das mulheres: direito à educação, direito à saúde, direito a uma vida digna, à alimentação e direito ao lazer, ao descanso. Isso nos deixava muito impactada, porque muitas mulheres nos perguntavam: “mas, isso é um direito? ”, relata Geise.

O desconhecimento das mulheres rurais acerca dos próprios direitos incentivou a campanha a ampliar o tempo de mobilização de 16 dias para 9 meses e de adaptação dos temas à realidade das mulheres dos países alcançados. Segundo Geise, a campanha tem ampliado sua capilaridade por diferentes territórios e gerado resultados expressivos, principalmente para empoderamento e autonomia das mulheres.

“Estamos ampliando os trabalhos, incorporando mais o público alvo, de mulheres rurais, com públicos mais diferenciados, como mulheres indígenas, mulheres quilombolas, que tem especificidades. Sabemos que a agricultura familiar é muito diversificada e as mulheres tem suas diferenças que precisam ser reconhecidas”, comenta Geise.

A campanha deste ano foi organizada pela FAO em parceria com a ONU Mulheres, a Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), a Comissão sobre Agricultura Familiar do Mercosul (Reaf) e a Direção Geral do Desenvolvimento Rural do Ministério da Pecuária, Agricultura e Pesca do Uruguai.

Para esclarecimentos de dúvidas, é possível entrar em contato com a coordenação da campanha pelo e-mail: [mulheresrurais.saf@agricultura.gov.br](mailto:mulheresrurais.saf@agricultura.gov.br) ou pelo telefone: (61) 3218.2886

---

# Camponesas debatem necessidade do feminismo se tornar um modo de vida em áreas rurais

*(Brasil de Fato, 15/10/2015) No I Congresso do MPA, movimentos abordaram realidade da mulher no campo; Atividade reúne cerca de 4 mil pessoas em São Bernardo do Campo (SP).*

Chamando a atenção para o papel das mulheres na luta pela soberania alimentar e social, a manhã do terceiro dia do I Congresso Nacional do Movimentos dos Pequenos Agricultores (MPA) foi dedicado à questão de gênero no campo. A violência contra as mulheres, o protagonismo na proteção das sementes crioulas, a luta contra as multinacionais e contra os agrotóxicos permearam o debate “Mulheres, Luta e Poder Popular”, nesta quarta-feira (14).

Representando o MPA, a coordenadora estadual Maria José da Costa concentrou sua fala na necessidade de tornar o feminismo mais presente no cotidiano. Segundo a agricultora, o feminismo precisa ser encarado, sentido e assumido como um modo de vida. Para isso, diz ela, é preciso fazer sacrifícios e construir novas relações entre mulheres e homens, que, por sua vez, também devem se inserir na luta. “Feminismo não é uma coisa apenas da mulher. Por isso, ele precisa ser um modo de vida do campesinato brasileiro”, disse.

O protagonismo da mulher na proteção das sementes crioulas também foi relatado pela militante. “Reconhecer o papel das mulheres no abastecimento e na produção de alimentos é fundamental. Se nós hoje podemos falar na Via Campesina internacional, na Cloc, e entre os nossos aliados e parceiros é que

a soberania alimentar é necessária e a construção dela passa pelas mãos das mulheres. As mulheres têm assumido e identificado a guarda e a defesa de uma das maiores simbologias que o campesinato do mundo tem que são as suas sementes”, disse.

## **Feminismo Popular**

Etelvina Mazioli, do setor de Gênero do MST, trouxe ao debate elementos históricos da luta das mulheres, a contextualização do significado do termo feminismo - muitas vezes confundido, equivocadamente, como algo contrário ao machismo -, além de explicar a construção e o papel do feminismo camponês e popular, sempre articulado na luta de classes.

“Na perspectiva do feminismo das trabalhadoras, e portanto um feminismo revolucionário, é que estamos construindo uma reflexão entorno do que ousamos chamar de feminismo camponês e popular. No desafio desta construção de novas relações de gênero e feminista, nós, mulheres da Cloc - Via Campesina temos acumulado processos organizativos e políticos nos movimentos sociais do campo em nível internacional que tem contribuído enormemente numa perspectiva camponesa e popular. Esses processos contribuem para demarcar um posicionamento político na perspectiva de um movimento feminista das trabalhadoras, das camponesas, das indígenas, das afro-descendentes e, portanto, o feminismo articulado na luta de classe e com a classe trabalhadora”, explicou.

Em sua exposição, a militante do MST também chamou a atenção dos milhares de camponeses e camponesas presentes ao modelo destrutivo do agronegócio no meio ambiente, e o protagonismo da mulher ao desafiar o modelo econômico atual e construir formas de viver e produzir que fortalece a soberania alimentar do país e a preservação da biodiversidade.

“Neste processo reconhecemos a existência de muitos feminismos e sua construção histórica. Mas temos a consciência que a igualdade não é possível ser alcançada nos marcos do capital. Lutamos contra as formas de dominação deste modelo. A luta pela emancipação das mulheres tem que estar lado a lado na luta pela reforma popular, contra o agronegócio, contra os transgênicos, contra os agrotóxicos”, frisou.

A camponesa peruana Lurdes Huara, integrante da Federação Nacional de Mulheres Camponesas, Artesanato, Nativo e Assalariados do Peru (FENMUCARINAP), falou sobre a questão da necessidade da erradicação da violência psicológica, social, econômica, política, cultural e física da qual as mulheres do campo estão sujeitas dentro e fora dos movimentos.

Além disso, Lurdes criticou a realidade que muitas mulheres vivem dentro dos movimentos quando muitos homens continuam a negligenciar os espaços e a capacidade das mulheres de se mobilizar. Para ela, muitos ainda continuam a se sensibilizar apenas “quando vamos à luta nas ruas e saímos com nossos filhos em defesa de nossos territórios, nossa água e nossas sementes, mas quando se trata de fazer um diálogo com o governo muitas vezes são os homens que dizem: ‘aquí só os dirigentes podem dialogar’”, disse. “Nós mulheres somos capazes de enfrentar o capital neoliberal. É uma luta de homens e mulheres”, completou.

Após as exposições da mesa, foram abertas inscrições para que mais pessoas pudessem contribuir na discussão. Tanto homens quanto mulheres subiram ao palco para reafirmar a necessidade de avançar no feminismo no campo. Entre elas, Isabel, camponesa de Rondônia. “A nossa tarefa é despertar em cada mulher camponesa a força. É preciso, junto com a indignação, saber como vamos nos organizar. Tem coisa mais grandiosa do que parir vidas? A gente precisa juntar esta capacidade de parir vidas com a capacidade de lutar pela vida”, disse.

*Simone Freire*

***Acesse no site de origem: [Camponesas debatem necessidade do feminismo se tornar um modo de vida em áreas rurais \(Brasil de Fato, 15/10/2015\)](#)***